

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO JURUENA - AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO ESCOLAR**

DEZ

**COMO OS GESTORES PODEM TRABALHAR A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
MENORES DENTRO DA ESCOLA**

MARIA LUCILENE NOGUEIRA

ORIENTADOR: Prof. Ilso Fernandes do Carmo

COLORADO DO OESTE/2007

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO JURUENA - AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO ESCOLAR**

**COMO OS GESTORES PODEM TRABALHAR A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
MENORES DENTRO DA ESCOLA**

MARIA LUCILENE NOGUEIRA

ORIENTADOR: Prof. Ilso Fernandes do Carmo

“Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Especialização em Gestão, Supervisão e orientação Escolar”.

COLORADO DO OESTE/2007

**ASSOCIAÇÃO JUIENSE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO JURUENA - AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO SUPERVISÃO ORIENTAÇÃO
ESCOLAR**

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR

DEDICATÓRIA

*À minha família que durante este curso souberam
entender minha ausência pacientemente.*

A Deus que sempre me deu força e esperança para lutar por este objetivo.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Aos professores e colegas de curso que não mediram esforços, contribuindo para que a conclusão desta monografia fosse alcançada.

Ao orientador que soube dividir suas experiências e conhecimento que muito contribuiu para a realização do mesmo.

A todos meus sinceros agradecimentos. Obrigada!.

RESUMO

A naturalização do fenômeno da violência ultrapassa todos os limites éticos. A violência sexual passou a ser incluída na agenda da sociedade civil e na luta nacional e internacional pelos direitos humanos a partir da década de 90 com a promulgação do ECA. O trabalho propõe que o tema deve ser tratado dentro da família, Estado e sociedade para o enfrentamento de tão complexo problema que pressupõe mudanças na natureza estrutural da pobreza/desigualdade social e de mentalidade e que passe a incorporar novos valores ao papel sexual masculino e feminino da sociedade brasileira. A questão da violência sexual na infância pouco é investigada no âmbito da pesquisa educacional, numa perspectiva histórica. Estudos mais específicos referentes à questão sexual e violência sexual apontam para uma análise voltada para o cotidiano escolar, discutindo as representações sociais dos atores envolvidos no processo educativo dentro da instituição escolar. Para alcançar esse objetivo, no plano teórico, este trabalho buscou elementos na discussão feita por Michel Foucault sobre a sexualidade do homem moderno. A questão da sexualidade, antes de ser uma questão na e para a educação, é uma questão da própria sociedade. Assim sendo, para entender as concepções que norteiam os trabalhos da Educação Sexual em nossas escolas públicas se faz necessário buscar as raízes que construíram a atual noção sobre sexualidade do cidadão na nossa sociedade. Mesmo não abordando diretamente aqui as questões legais referentes ao abuso sexual, este é um fator que interfere na evolução do quadro emocional da pessoa que foi vitimada, pois a forma como o processo jurídico é conduzido pode

fortalecer ao ciclo da violência e o sentimento de impotência que as vítimas experimentam após estas ocorrências.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	12
1- A HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA NO BRASIL E O TRATAMENTO DISPENSADO ÀS CRIANÇAS	12
CAPITULO II	17
2- A VIOLÊNCIA SEXUAL: CARACTERIZAÇÃO E CONSEQÜÊNCIAS.	17
2. 1 Tipos De Violência Contra O Menor: Abuso Sexual	22
2. 1. 1 – Tipos de abuso	22
2. 1. 2 – Danos causados ao menor pelo abuso: Emocionais.	23
2 1. 3– Quem são os abusadores sexuais?	23
2. 1. 4 – Por que a criança abusada normalmente se cala?	24
2. 1. 5 - O que fazer diante do abuso sexual ou para preveni-lo?	24
2. 2 – Exploração sexual	25
2. 3 – Modalidades da exploração sexual: exploração sexual profissional	26
2. 3. 1 – Prostituição infanto-juvenil	27
2. 3. 2 –Assédio Sexual	28
2. 3. 3 – Pedofilia	30
2. 3. 4 – Estupro	31
2. 3. 5 – Turismo Sexual:	32
CAPÍTULO III	34
3- COMPREENDENDO A SEXUALIDADE : QUAL O PAPEL DA ESCOLA?	34

CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico, *A Violência Sexual Contra a Criança*, é desenvolvido em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta a história social da criança no Brasil e a forma como é tratada pela sociedade injusta e muitas vezes preconceituosa e discriminatória.

O segundo capítulo mostra as caracterizações e conseqüências da violência sexual, e o papel da escola na formação do adolescente na educação da sexualidade.

O terceiro capítulo enfoca as penalidades cabíveis aos praticantes dessa violência, salientando que escola é um excelente aliado para combate a essa abominável situação, basta levar a educação a sério e cada um se comprometer com sua função de educador.

O que se pretende é contribuir com subsídios para a fomentação de pesquisas sobre o tema na área de educação numa perspectiva histórico-cultural e conscientizadora para a orientação de projetos para o fazer pedagógico nas questões que dizem respeito violência sexual e á educação sexual. Esta monografia tem a intenção apenas de se construir em um instrumento de reflexão, sem ser conclusiva, ou colocar um ponto final na discussão. Se tal intenção existisse a pesquisa estaria comprometida em sua própria gênese.

É preciso dizer inicialmente que esta é uma pesquisa bibliográfica, desta maneira, não existe um “campo” de pesquisa delimitado, entendido enquanto

espaço físico, geográfico, cultural ou social; é centrada, de um lado, na investigação do pensamento de alguns autores que tratam da questão da sexualidade, especialmente LIMA,(2000:32)

Pode-se dizer também que o *“pesquisador opera escolhas (...) tendo como horizontes sua posição social e a mentalidade de um momento histórico concreto, caindo por terra o mito da neutralidade científica”*. A opção pelo tema discutido, como vimos, não foi por acaso. LIMA,(2000:33)

Esta é apenas uma possibilidade de se discutir a questão da violência sexual e sexualidade no âmbito escolar, no âmbito da educação [sexual] escolar. Porém, entendendo sexualidade como uma questão de cidadania, afeta a toda sociedade.

CAPÍTULO I

1- A HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA NO BRASIL E O TRATAMENTO DISPENSADO ÀS CRIANÇAS

As recentes e recorrentes matérias publicadas por revistas de circulação nacional, abordando graves situações de violência sexual cometida contra crianças e adolescentes trazem à tona uma das questões mais difíceis de abordagem dentro do universo cultural brasileiro, principalmente quando atinge diferentes categorias historicamente estigmatizadas, desqualificadas e exploradas.

É importante compreender como a sociedade brasileira construiu os conceitos de infância, sexualidade e violência e entender de que forma estes temas são na maioria das vezes tratados sem qualquer profissionalidade ou competência, até mesmo como se não fossem questões intrinsecamente ligadas a um contexto histórico social que nunca valorizou o papel da mulher. LIMA,(2000:98)

Uma breve leitura sobre a história social da infância do Brasil revela que o tratamento dispensado às crianças (especialmente “as meninas”), teve um forte componente discriminatório e de não reconhecimento de direitos. A natureza e a identidade da infância no nosso País foram construídas na base de estigmas e preconceitos (“enjeitados”, “exposto”, “pivetes”, “meninos de rua”, “sem vergonha”) percebidos pelos gestores públicos no conjunto das políticas como portadores de necessidades. Pena e compaixão ou medo e revolta- se constituem sentimentos contrapostos presentes nas diferentes abordagens e/ou intervenções direcionadas a esse segmento populacional. Os recentes acontecimentos se tornaram

emblemáticos, sobretudo por revelar dois aspectos fortemente impregnados a nossa cultura.

Segundo LIMA,(2000:109) eles são:

A) A aceitação social do poder que o adulto exerce sobre a criança.
e B) As meninas abusadas e violentas se transformaram de “vítimas” em “rês” e toda a sociedade passa a rejeitá-las.

A naturalização do fenômeno da violência ultrapassa todos os limites éticos. É mais fácil apontar que as meninas são culpadas, afinal elas “consentiram”... ou dizer que a imprensa é sensacionalista por ter exposto um depoimento triste de uma menina vítima de violência. A ideologia machista de gênero que autoriza o exército da poder/força de um adulto sobre criança/adolescente não pode se construir um elemento explicativo para as situações em que meninas são vitimizadas de abuso e exploração sexual não podem continuar sendo duplamente punidas:

Afirma Alencar (1982:56)

- A) Pelo violentador/agressor;
- B) Por uma rede de ausência de serviços sociais de atendimento as vítimas para o necessário apoio psicossocial e terapêutico;
- C) Ausência de locais adequados para acolhimento das vítimas;
- D) Há necessidade de intervenção em redes de proteção, articulando com todas as políticas setoriais, com reforço ao papel da família;
- E) Deve ser realizado um trabalho com a mídia para formação e informação qualificada;
- F) É necessário o melhor aparelhamento e equipamento dos órgãos de segurança e dos IML's para atendimento as vítimas;
- G) Deve ser fortalecida ação das ONG's que atuam, complementarmente, nesta área;
- H) Há necessidade de unificação dos dados de violência, e realização de diagnostico obre os casos de abuso e de exploração sexual para melhor articular os serviços de denúncias, notificação e atendimento.

Estes são apenas alguns dos desafios a serem superados e que demandaram uma séria intervenção pública. Desafios que devem ir além dos discursos ou das promessas, afinal há mais de três séculos que as nossas crianças precisam ser tratadas com mais respeito em nosso País!

Falar de sexualidade significa falar de concepções cristalizadas no homem moderno sobre questões que, numa perspectiva foucaultiana foram produzidas como verdades nos três últimos séculos na sociedade ocidental. Falar de sexualidade significa também falar de repressão, poder, preconceito, interdição do corpo, desejo, paixão, prazer, vida, morte, controle gênero, pecado, opção sexual, construção de papéis sexuais, doenças sexualmente transmissíveis e atualmente AIDS; enfim, de todas as representações sociais que giram em torno Del na sociedade. Estas questões não fora do espaço escolar.

LIMA afirma (2000:69), ao afirmar que *“Quando definimos o que pesquisar, a partir de que base teórica e como pesquisar, estamos fazendo escolhas que são, mesmo um última instância, ideológicas”*. Que nas pesquisas desenvolvidas nas Ciências do Homem e na Educação o pesquisador (que antes de tudo é um sujeito inserido no espaço social) está colocado no seu objeto, *que fala*, havendo com isso, conseqüentemente, uma relação dialógica entre o pesquisador e o seu objeto pesquisado – o homem, é que considero importante o trajeto percorrido até se chegar a esta proposta de pesquisa.

Podemos constatar que, ao contrário de outros temas, pouco foi investigado no âmbito da pesquisa educacional, numa perspectiva histórica. Os trabalhos existentes na literatura educacional-pedagógica sobre a temática em questão, geralmente, incluem-na temáticas bem mais amplas, ficando freqüentemente aquela diluída no âmbito maior destas.

Estudos mais específicos referentes á educação sexual e violência sexual, em sua maioria, apontam para uma análise voltada para o cotidiano escolar, discutindo as representações sociais dos atores envolvidos no processo educativo dentro da instituição escolar. Outros nos informam e orientam para como desenvolver um trabalho de educação sexual “adequada” nas escolas. Outros mostram que a questão da sexualidade entra na escola diretamente, via livro didático, num discurso indireto, de forma preconceituosa, moralizadora, conformada e estereotipada, não só quando se trata de sexo, mas também do corpo, do

comportamento, do amor, d paixão e, principalmente, dos papéis sexuais, constituindo-se em uma contribuição peremptória para a manutenção das diferenças sociais e sexuais entre homens e mulheres 6. E que a sexualidade do homem ainda é apresentada, na educação [sexual] escolar, como uma manifestação anatomo-biológico que precisa ser controlada e disciplinada, porém revelada sob um ponto de vista higienista, moral, religioso, psicológico. O homem é apresentado como constituído por partes (sexuais). E o sexo a ser revelado como o *segredo*.

Por outro lado, o estado, enquanto poder público, ao contrário do que se possa pensar, vem apresentando projetos de educação/orientação sexual e legislando sobre a questão, o que se pode constatar através das fontes primárias de pesquisa e de alguns trabalhos publicados.

BARROSO, afirma que (1990:45)

"Para nós, é gratificante formular em termos de repressão as relações de sexo e poder por uma série de motivos. Primeiramente, porque, se o sexo é reprimido, o simples fato de falar dele e de sua repressão ganha um ar de transgressão. Segundo, porque, aceitando-se a hipótese repressiva, pode-se vincular revolução e prazer, pode-se falar num período em que tudo vai ser bom: o da liberação sexual. Sexo, revelação da verdade, inversão da lei do mundo são, hoje, coisas ligadas entre si. Finalmente, insiste-se na hipótese repressiva porque aí tudo que se diz sobre o sexo ganha valor mercantil. Por exemplo, certas pessoas (psicólogos) são pagas para ouvirem falar da vida sexual dos outros".

Assim, de uma forma ou de outra, vem se falando sobre sexualidade na área de educação e nas escolas propriamente ditas. As questões que se colocam são: quem está falando, como se está falando e por que se está falando.

Estas incursões preliminares de pesquisa contribuiram, sobremaneira, para a definição precisa do escopo deste trabalho, ou seja, a questão da violência sexual na infância e sexualidade na educação. Ou a busca das raízes que sustentam a atual concepção sobre a sexualidade do homem moderno e sua repercussão na educação sexual oficial. Para alcançar esse objetivo, no plano teórico, busquei elementos na discussão feita por Foucault (1995:65) sobre a sexualidade do homem moderno. O autor, em sua obra, investiga como se constitui e se consolidou, nos últimos três séculos, a noção sobre sexualidade existente nas sociedades ocidentais.

Entendendo sexualidade como um dispositivo histórico, como um mecanismo de poder, Foucault nos informa que é justamente o poder que nos

estimula a (re) velar nossa sexualidade através de instituições como a escola, a família, a igreja, entre outras, e de saberes como o da medicina, da psicologia, da biologia, da psiquiatria, da pedagogia... porém, este “revelar-se” não significa a possibilidade de cada um de nós vivermos nossa sexualidade com plena liberdade. Essas instituições, e a escola é uma delas, na perspectiva FOUCAULTIANA, aparecem como microespaços de poder, onde “circula” um discurso visando a produção de uma sexualidade para o cidadão, e na sua supressão. O falar e o “deixar falar”, em suas variadas formas, explícita, ou mesmo implicitamente, nada mais são do que uma forma de controle sobre aquele.

Frisa-se antecipadamente, que este estudo não é a análise exaustiva da obra de Foucault sobre sexualidade, porém busca em suas reflexões teóricas alguns elementos que vão de encontro a questões sobre sexualidade na área de educação. Questões para serem refletidas.

Além de Foucault, os trabalhos de Marilena Chauí e Jurandir freire Costa, entre outros, são de grande valia para se refletir, numa perspectiva mais ampla, sobre a sexualidade do homem ocidental e em especial do homem/mulher brasileiro (a). Num plano mais específico lanço mão da literatura “pedagógica” produzida, que discute sexualidade tendo em vista a educação escolar. CHAÚÍ, 1992:123)

“A sociedade vem se preocupando em proporcionar segurança e liberdade sexual para os adolescentes, mas não consegue orientar adequadamente os representantes do futuro da nação sobre o assunto. Isso sem contar a forma com que o tema é tratado na mídia, principalmente em novelas, filmes nacionais e em programas de auditório”.

É certo que a questão da sexualidade, antes de ser uma questão na e par a educação, é uma questão da própria sociedade ocidental. A educação opera dentro da sociedade, por isso não está ilesa às influencias que surgem dessa interação. Assim sendo, para entender as concepções que norteiam os trabalhos da Educação sexual em nossas escolas públicas se faz necessário buscar as raízes que construíram a atual noção sobre a sexualidade do cidadão na nossa sociedade.

CAPITULO II

2- A VIOLÊNCIA SEXUAL: CARACTERIZAÇÃO E CONSEQÜÊNCIAS

A realidade atual é que a violência é a principal causa da mortalidade em nossa sociedade, particularmente atingindo crianças e adolescentes. A violência contra o homem geralmente ocorre nos espaços públicos, enquanto que para a mulher ela ocorre nestes locais e também em suas casas, freqüentemente causada por parentes, pessoas próximas ou conhecidos, sendo por esta razão um problema social.

Considera-se abuso sexual toda e qualquer forma de crime contra a liberdade sexual, com atividade sexual não consentido que inclua a fraude, o uso da força física ou intimação.

Embora o Código Penal Brasileiro no capítulo “dos crimes contra a liberdade sexual” faça distinção entre abuso sexual, atentado violento ao pudor, violação sexual, satisfação da lascívia própria, ofensa ao pudor, rapto, assédio sexual e estupro – estes termos serão aqui utilizados como sinônimos de abusos sexuais.

Eles se referem a qualquer forma de agressão sexual, com exceção daquelas determinadas pelo comércio decorrente da exploração sexual e do ultraje público ao pudor, consideradas também como uma forma de violência sexual, apresentando características clínicas particulares. Mesmo não abordando diretamente aqui as questões legais referentes ao abuso sexual, este é um fator que interfere na evolução do quadro emocional da pessoa que foi vitimada, pois a forma

como o processo jurídico é conduzido pode fortalecer o ciclo da violência e o sentimento de impotência que as vítimas experimenta após estas ocorrências.

Segundo ARIES, (1978:32) é a forma de violência que pode desencadear uma indignação que poucos, ou raros tipos de crimes conseguem provocar:

"A subjugação da vítima ao agressor lhe incute um sentimento que ultrapassa de forma imensurável qualquer outro tipo de violência", comenta. Neste panorama, do estudo da violência e suas conseqüências, notadamente a violência de gênero, destaca-se um "público alvo" que não tem recebido a atenção que deveria merecer e que é composto pelas chamadas vítimas infanto-juvenis. "Se a violência sexual contra "adultos" provoca e incute na vítima conseqüências sem precedentes, podendo-lhe ocasionar traumas e seqüelas irreparáveis ou de difícil reparação, em todas as áreas de sua atuação e conduta, estes danos são tanto maiores quando a vítima ainda é criança e adolescente".

A violência apresenta-se de forma acentuada em nossa sociedade, independentemente de classe social, etnia e gênero, tratando-se, assim, de uma prática disseminada em comunidades distintas.

Para ARIES, (1978:32)

"A exploração sexual das crianças refere-se ao envolvimento de crianças e adolescentes dependentes, imaturos, em atividades sexuais que eles não compreendem totalmente, às quais são incapazes de dar um consentimento informado e que violam os tabus sociais dos papéis familiares, e que objetivam a gratificação das demandas e desejos sexuais da pessoa que comete o abuso".

Pode-se considerar violência ataque sexual infanto-juvenil toda e qualquer conduta ou manipulação sexual entre adultos e crianças adolescentes, com a finalidade precípua de estimulá-los sexualmente ou utilizá-los para obter estimulação sexual, sem necessariamente haver expedientes violentos ou força física, para obtenção do intento do agressor. Em uma das categorias da violência sexual encontramos o incesto, sendo que na maioria das vezes, em tal prática, pode não haver a utilização de violência ou força física, mas, ocorre justamente o contrário, uma vez que entre o parente (pai, padrasto, avô, tio, primo, irmão) e a vítima (filha, enteada, neta, sobrinha, prima, irmã) pode haver muito afeto para que ela seja submissa ao agressor e permita que ele a utilize para saciar sua lascívia, sendo para ela a única forma de aproximar-se e conseguir um mínimo de carinho.

Para GUIMARÃES (1995:56)

“A visão estrutural e fragmentada do fenômeno atinge proporções muito mais alarmantes do que se imagina, pois além de envolver, como personagens principais o agressor e a vítima, num aspecto secundário, mas não menos importante e preocupante, envolve ainda, a família como um todo, e toda a sociedade, nesta incluindo-se os profissionais que, direta ou indiretamente, participam do processo terapêutico, seja do agressor ou da vítima. A revelação do ataque sexual cria um pânico geral, tanto na família quanto na sociedade, refletindo-se como uma crise, inclusive, entre os profissionais que, muitas vezes, não se encontram suficientemente preparados para enfrentar o problema, seja no aspecto profissional ou pessoal”.

A revelação muitas vezes não provoca a reação esperada em relação à sociedade e à própria família, tornando o assunto ainda mais misterioso e assustador, pois deixou de ser teórico e passou a ser concreto. Porém, provoca uma reação em cadeia, exigindo que os envolvidos, inclusive os da área normativa se posicionem, e, infelizmente, aflorando de forma nítida a violência de gênero, submetendo a vítima a um processo de fragilidade, buscando-se um motivo para o fato, o que muitas vezes recai sobre a própria vítima. E é justamente, diante da ausência de estereótipos ou causas para a prática de tal violência, que faz com que a revelação do ataque sexual infanto-juvenil doméstico seja um dos momentos mais importantes na tentativa de responsabilização do agressor.

O medo de enfrentar o assunto é visível e abstrato, porém, com a revelação, o medo torna-se concreto e uma arma contra a própria vítima, que passa a ser algoz de sua própria condição. Todos os aspectos que envolvem o assunto são de relevante importância para os profissionais que lidam com o problema, no entanto, a revelação traz à tona toda a problemática e seus envolvidos, merecendo atenção especial para aqueles que estudam e para aqueles que apresentam qualquer intervenção prática em casos concretos, que trabalham com famílias, crianças e adolescentes, não só no aspecto terapêutico mas também normativo, pois um não exclui o outro, pelo contrário, se completam.

Para GTPOS, (1994:79)

“A violência e a exploração sexual infanto-juvenil representam uma das maiores violações dos direitos humanos, afetando o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, abalando frontalmente os mecanismos de estabilização da família e, conseqüentemente, da sociedade, nesta compreendida toda a rede de profissionais envolvidos, desde os da área da saúde, incluídos os Psicólogos, Assistentes Sociais, Médicos etc, bem como os da área de normatização, incluídos nessa, o Legislador, as Polícias Civil e Militar, os Promotores de Justiça, os Juizes etc”.

Nota-se que um dos principais caminhos para o enfrentamento da violência e da exploração sexual infanto-juvenil, seja doméstica ou não, além da necessidade de capacitação dos profissionais envolvidos e da criação de uma rede de atendimento, é sem dúvida a necessidade de políticas públicas e sociais voltadas para o coletivo, como a família e a comunidade, e não somente para o indivíduo, pois aquele (coletivo) foi e está sendo substituído por serviços sociais institucionalizados, tais como: creches, abrigos, escolas .

O abuso sexual particularmente quando ocorre com crianças e jovens são o mais freqüentemente e também o mais omitido crime sexual. Classicamente o agressor desenvolve uma relação de propriedade com a vítima, subjugando-a pela violência e fazendo-a com que se submeta aos mais íntimos e secretos desejos e vontades, tendo desta maneira aniquilado aquilo que lhe é mais pessoal, ou seja, o direito sobre seu próprio corpo.

O problema do abuso sexual não é exclusivo dos países em desenvolvimento ou das classes sociais menos favorecidas, ele ocorre em diferentes proporções no mundo e da mesma forma em todos os estratos sociais, variando somente com os instrumentos públicos disponíveis. O jovem, o desvalido e a mulher sofrem de maneira mais importante pela absoluta falta de recursos, das delegacias de polícia aos ambulatórios médicos, restando-lhes somente depreciação, depressão e finalmente a conformação.

Uma importante medida, do governo brasileiro, através da promulgação do “Estatuto da Criança e do Adolescente” (Lei 8089/90) e, a partir dos princípios nele contidos, de programas visando erradicação do trabalho infantil, do turismo sexual e da prostituição infantil. A mulher adulta, entretanto não teve mesma felicidade de contar com medida semelhante, que lhe resgatasse a cidadania.

O interesse do governo e da sociedade em geral pelo tema refletiu-se, em um primeiro instante, no um aumento do nível de conscientização do número de queixas de abusos sexuais, e, de certa forma, contribuindo para a visualização de mais uma porção deste imenso “iceberg” que é o problema de vitimização sexual, cujas verdadeiras proporções ainda são ignoradas.

Chauí (1992:47), afirmam que vítimas de violência sexuais na infância tem 3,1 vezes mais chances de voltarem a sofrer o mesmo problema na idade adulta

e salientam que o abuso sexual na infância é fator de risco para a violência na idade adulta.

A legislação brasileira determina que distintos setores do serviço público atuem sobre diferentes aspectos da violência sexual. Desta forma, cabe ao Instituto Médico Legal (IML), a avaliação pericial de um caso suspeito de abuso sexual, para fins jurídicos ou de investigação policial. Muitas vezes a vítima procura o IML e entende que foi atendida por um serviço médico, deixando de ser acompanhada por um serviço por serviços de saúde multidisciplinar, como é objeto deste projeto. A atenção médico-legal idealmente. A nosso ver, deveria ser parte integrante do serviço de saúde.

O atendimento à saúde física e mental das vítimas seria da responsabilidade da rede pública, que conta poucos serviços especializados para este fim. As ações da rede pública, em geral limitam-se às medidas emergenciais, em instalações não adequadas para atender às necessidades de privacidade e apoio psicológico em casos desta gravidade, quanto mais ao seguimento ambulatorial e ações preventivas.

O médico que atende vítimas de abuso sexual freqüentemente sente-se inseguro em face da necessidade deste atendimento ser compartilhado com outros profissionais. O adequado atendimento privilegia equipes não exclusivas de médicas, mas também de enfermeiras, assistentes sociais, terapeutas, educadores e psicólogas, que acolham as vítimas diretas destas dramáticas circunstâncias, assim como as vítimas indiretas representadas pelos seus parentes próximos.

Na realidade, o médico não pode prescindir destes profissionais e além da devida habilitação clínico-cirúrgica, deve ter adequados conhecimentos sobre medicina legal e legislação além d habilidade de integra-se com vários profissionais de áreas não-médicas.

Neste contexto de ausência de uma assistência integral especializada e do aumento da demanda de vítimas e familiares solicitando este tipo de atendimento desenvolveu-se em agosto de 1996 o “Programa de Atenção as Vítimas de Abusos Sexuais”, Faculdade de Saúde Pública da universidade de São Pulo em abril de 2001 o “Núcleo de Atenção á Violência – NAVIS”. Junto às Clínicas

Ginecológicas e de Moléstias Infecciosas do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo.

2. 1 TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA O MENOR: ABUSO SEXUAL

Segundo ARIES, (1978:69) “*é uma situação na qual um adulto ou um adolescente maior tem contato físico com uma criança para estimulação ou gratificação do adulto*”.

Nestes casos o adulto utiliza sempre a vantagem de sua autoridade ou posição de poder para levar os menores a estas atividades. Os menores por não haver alcançado ainda sua maturidade emocional não possuem os elementos para avaliar adequadamente estes atos, portanto carecem da capacidade de consentir plena e conscientemente com os mesmos.

2. 1. 1 – TIPOS DE ABUSO

Segundo ARIES, (1978:71) são tipos de abusos:

- . Exposição genital para que o menor os veja (pode pedir á criança que o toque)
- . Observação do menor enquanto toma banho, urina ou defeca.
- . Beijos prolongados ou íntimos só próprios de manifestações entre adultos.
- . Carícias nos seios, abdômen, áreas genitais, parte interna das coxas ou nádegas.
- . Masturbação em frente ao menor.
- . Masturbar o menor.
- . Pedir ao menor que o (a) masturbe.
- . Exigir que se masturbem entre si.
- . *Fellatio*: contato bucal com o pênis.
- . *Cunniligus*: contato bucal com a vulva.

- . Penetração digital (ou com objetos) do anus ou vagina.
- . Penetração anal ou vaginal com o pênis.
- . Sexo seco: friccionar o pênis ou vagina nas zonas genitais, coxa ou nádegas do menor.

2. 1. 2 – DANOS CAUSADOS AO MENOR PELO ABUSO: EMOCIONAIS.

Para ARIES, (1978:76), os principais danos causados são:

- . Estado de choque.
- . Desesperança, vergonha ou culpa.
- . Acesso de pranto repentino.
- . Insônia e terrores noturnos.
- . Tristeza, angústia e temor ao rechaço.
- . Sexualização da conduta: masturbação intensa, jogos sexuais inapropriados, busca de novas situações de risco sexual.
- . Ira dirigida contra si mesmo com comportamentos autodestrutivos.

Físico:

- . Feridas ou hemorragias vaginais ou retais.
- . Fluxo ou infecções genitais, anais ou orais.
- . Ruptura do hímem.
- . Gravidez.
- . Futuras dificuldades na expressão da sexualidade.

2 1. 3– QUEM SÃO OS ABUSADORES SEXUAIS?

Quase nunca são estranhos, quase sempre são pessoas nas quais o menor confia: afirma ARIES, (1978:94)

- . Pais
- . Padrastos

- . Vizinhos
- . Treinadores de atividades esportivas
- . Familiares (irmão mis velhos, primos, cunhados, etc.)
- . Professores e pessoal da escola
- . Conselheiros espirituais
- . Profissionais da saúde

Importante: Durante anos e na atualidade se atribui aos homossexuais uma conduta de corrupção em relação aos menores. Este é um mito totalmente falso, já que segundo as estatísticas a nível mundial, geralmente e de forma majoritária o delito é cometido por pessoas da família direta e heterossexuais. A orientação sexual como a identidade sexual de uma pessoa, não a fazem por si só boa ou má, delinqüente ou perversa, nociva ou perigosa.

2. 1. 4 – POR QUE A CRIANÇA ABUSADA NORMALMENTE SE CALA?

Segundo ALENCAR, (1982:19)

- “. Porque não tem confiança para falar de sexualidade com os pais.*
- . Porque se sente culpada*
- . Porque é ameaçada pelo (a) agressor (a)*
- . Porque teme ser rechaçada ou castigada*
- . Porque pensa que o ocorrido é algo muito mau*
- . Porque teme que não se acredite nela ou que produza uma crise familiar”.*

No entanto, o que mais causa prejuízo é manter o segredo, o abuso diminui a auto-estima da criança e fomenta condutas mal-adaptativas.

2. 1. 5 - O QUE FAZER DIANTE DO ABUSO SEXUAL OU PARA PREVENI-LO?

- . Ensinar as crianças a respeitar o próprio corpo.
- . Escutar as crianças sem prejulgar a fim de que possam falar de si mesmas, sobre o que pensam, vivem e sentem.
- . Averiguar se as pessoas que estão em contato com as crianças têm antecedentes de abuso sexual.

- . Não infundir-se medo nem fazê-las desconfiar dos adultos, mas ensiná-las que os abusos sexuais existem e podem ser levados a cabo por alguém conhecido.

- . Não reagir de forma violenta, gritando acusando ou escandalizando a criança.

- . Ensiná-las a rechaçar qualquer conduta que lhes seja desagradável (beijos, toques, etc.)

As crianças vítimas de abuso sexual dão sempre algum sinal direto ou indireto. São os adultos que costumam não estar preparados para interpretar suas mensagens. É doloroso pensarmos, mas devemos saber que qualquer criança pode ser vítima de abuso sexual. Devemos, portanto ensiná-las a fazer-se respeitar e a rechaçar os atos que lhes possam ser desagradáveis.

Em nenhuma circunstância pode-se responsabilizar a criança pela conduta do adulto.

2. 2 – EXPLORAÇÃO SEXUAL

De acordo com o IIN (Instituto Internacional Del Niño), a prostituição é um tipo específico de exploração sexual, de caráter comercial, que está relacionada com o grupo familiar, com os “protetores” e os clientes. Geralmente tem antecedentes prévios de abuso sexual não comercial; é um fenômeno multinacional. É a idéia de processo no qual as crianças convivem com diversos espaços sociais: a família e suas características, a rua e o próprio ambiente de serviço da prostituição; são nessas relações que se processam as mudanças e as formas de se relacionarem com os espaços e consigo mesmas.

Porém pouco se faz para evitar a exploração sexual, e as ações tornam-se cada vez menos eficazes, e família permanece diante da miséria e utiliza-se de todos os recursos para obter o mínimo de recursos financeiros. Muitas vezes esta família utiliza códigos que mostram a dualidade, ou seja, muitas vezes os pais estipula um certo valor que os filhos devem trazer par casa no final do dia, e não perguntam ou nem impõe de que maneira, as meninas aprendem cedo como

alcançar o desejo de seus familiares, elas não se prostituem elas são prostituídas, em primeiro lugar, pelos próprios pais.

Segundo LIMA(2000:23)

“... uma questão mais de abuso de poder do que sexo. A indústria bilionária, ilegal, que compra e vende crianças como objetos sexuais sujeita-as a uma das mais danosas formas de exploração do trabalho infantil, coloca em risco sua saúde mental e física, e prejudica todos os aspectos de seu desenvolvimento. Constitui uma das piores violações dos direitos humanos, e foi identificada por muitos órgãos nacionais e internacionais como uma forma moderna de escravidão. Sua cobertura é trans-nacional, seu impacto trans-geracional. A exploração sexual comercial de crianças ocorre virtualmente em todos os países do mundo e afeta milhões de crianças. A prostituição, a pornografia, e o tráfico de crianças com propósitos sexuais, conecta pequenas cidades e grandes centros urbanos interliga os países em desenvolvimento, e os países desenvolvidos: a Europa Oriental aos Estados Unidos, o Nepal e Índia, o Brasil ao Japão”.

Art. 240. Produzir ou dirigir representações teatrais, televisivas ou película cinematográfica, utilizando-se de crianças ou adolescentes em cenas de sexo explícito ou pornográfica:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, nas condições referidas neste artigo, contracenar com criança e adolescentes.

Já para GTPOS (1994:58):

“Exploração sexual comercial defini-se como uma violência contra a criança e adolescentes, que se contextualiza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma relação de poder e de sexualidade, mercantilizada, que visa a obtenção de proveitos por adultos, que causa danos bio-psico-sociais aos explorados, que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, coercitivas ou persuasivas, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos a liberdade individuais da população infanto-juvenil”.

Art.241. Fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornografia envolvendo criança e adolescentes:

Pena – reclusão 1 (um) a 4 (quatro) anos.

2. 3 – MODALIDADES DA EXPLORAÇÃO SEXUAL: EXPLORAÇÃO SEXUAL PROFISSIONAL

A Exploração Sexual Profissional ocorre quando há algum tipo de envolvimento sexual (ou intimidade) entre uma pessoa que está prestando algum serviço (de confiança e com algum poder delegado) e um indivíduo que procurou a sua ajuda profissional.

Pode ocorrer em todos os relacionamentos profissionais nos quais haja algum tipo de poder de um indivíduo sobre o outro (assimetria). Exemplos são relações como a do médico-paciente, psicólogo-paciente, advogado-cliente, professor-aluno e clérigo-paroquiano.

Restrições à intimidade sexual entre profissionais da área médica e pacientes são já citadas no juramento do Hipócrates, que data quatrocentos anos antes de Cristo, proibindo esse tipo de atividade sexual. Atualmente, tanto o código de ética médica como o código dos psicólogos postulam os mesmos princípios, considerando seriíssimos os danos causados ao paciente.

É sempre muito difícil tratar um paciente que foi explorado por um médico ou terapeuta. Há uma incapacidade de vítima para confiar novamente, impossibilitando a aliança terapêutica, extremamente necessária para desenvolver o relacionamento saudável médico-paciente e a obtenção de sucesso no tratamento.

O profissional abusador também enfrenta muitas dificuldades no seu próprio tratamento. Geralmente busca ajuda somente quando foi deletado e indicado. Existem ainda poucos serviços especializados e direcionados ao tratamento dessas situações.

A temática da violência na sociedade perpassa as esferas da cultura, do imaginário, do contexto social, incluindo a violência sexual como um de seus componentes. A violência sexual envolve uma gama de conceitos e problemáticas que são de extrema complexidade, exigindo ações articuladas, intersetoriais e interdisciplinares para seu enfrentamento. Sua compreensão deve englobar o abuso sexual intra e extrafamiliar, atentado violento ao pudor, estupro e a exploração sexual comercial (GUJA, 1994:13).

2. 3. 1 – PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIL

Considerando que no Brasil a população infanto-juvenil passou por centenas de anos de exploração, exclusão, humilhação e discriminação e que a exploração sexual infanto-juvenil é mais uma das formas de abuso também arraigada nas civilizações, é importante definir e contextualizar a história do fenômeno no mundo.

A prostituição, tanto adulta quanto infanto-juvenil, foi encarada de várias formas ao longo da história. De acordo GUIA (1994:16)

“A venda dos serviços sexuais passou por um período em que teve caráter sacro, com aspecto místico e tutelar. Num segundo momento, denominado pelo autor de epicuriano, a prostituta assume um papel estético e político. Nessa época, seu trabalho é gerenciado pelo Estado, que cobrava impostos, enriquecendo a elite dominante”.

Violência, abuso sexual dentro de casa e abandono são os principais fatores que acabam contribuindo para a prostituição infanto-juvenil. A pobreza é considerada fator secundário. A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil é um dos problemas mais graves e com o intuito de conhecer melhor essa realidade e buscar soluções para esse drama. Compreendemos que antes de qualquer rótulo como, por exemplo, prostitutas, essas meninas são seres humanos com seus sonhos, seus projetos, sua força, sua luta. E que a sociedade julga e condena sem, nem ao menos, tentar entender.

O julgamento decorre, na maioria das vezes, como forma de defesa. As mulheres temem serem igualadas, os homens temem que descubram que eles fazem uso da prostituição, a sociedade para não ser acusada de marginalizá-las e a religião para lavar as mãos (mais uma vez) e não fazer nada. *“Uma violência surda e cruel na maioria das vezes, que tira das meninas qualquer possibilidade de um futuro saudável no nível afetivo, emocional e social”* GUIA,(1994:23)

2. 3. 2 – ASSÉDIO SEXUAL

Assédio sexual é um tipo de coerção de caráter sexual praticada por uma pessoa em posição hierárquica superior em relação a um subordinado, normalmente em local de trabalho ou ambiente acadêmico. O assédio sexual caracteriza-se por alguma ameaça, insinuação de ameaça ou hostilidade contra o subordinado, com fundamento em sexismo.

Exemplos clássicos são as condições impostas para uma promoção que envolvam favores sexuais, ou a ameaça de demissão caso o empregado recuse o flerte do superior. Geralmente a vítima do assédio sexual é a mulher, embora nada garanta que ele também não possa ser praticado contra homens, homossexuais ou não. Do mesmo modo o agressor pode ser homem (mais comum) ou mulher.

No Brasil o assédio está assim definido na lei número 10224, de 15 de maio de 2001: "*Constranger alguém com intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.*"

No âmbito laboral, não é necessário que haja uma diferença hierárquica entre assediado e assediante, embora normalmente haja. A Organização Internacional do Trabalho define assédio sexual como "atos, insinuações, contatos físicos forçados, convites impertinentes, desde que apresentem uma das características a seguir: *GUIA*,(1994:47)

- a) Ser uma condição clara para manter o emprego;
- b) Influir nas promoções da carreira do assediado;
- c) Prejudicar o rendimento profissional, humilhar, insultar ou intimidar a vítima.

O Assédio Sexual inclui uma aproximação sexual não-bem vinda, uma solicitação de favores sexuais ou qualquer conduta física ou verbal de natureza sexual.

Existem leis que protegem as pessoas de preconceitos sexuais, tomando-se por base tais situações.

Existem dois tipos de molestamento:

Quando existe uma pressão sobre a vítima para esta prestar algum favor sexual ou se submeter de alguma forma por estar hierarquicamente abaixo ao molestatador.

Quando há uma pressão para a vítima sentir-se em um ambiente desagradável por ser de seu sexo específico. Por exemplo, uma mulher ser hostilizada ou não-bem vinda por ser uma mulher em um determinado ambiente de

trabalho, fazendo com que se sinta tão mal a ponto de ter abandonado o emprego ou permanecer nele com sofrimento.

O tratamento para essas vítimas consiste em ajudá-las a tomar medidas legais contra o molestador, treinando-as para identificar quando estão sendo submetidas a esse tipo de abuso.

2.3.3 – PEDOFILIA

A pedofilia é um transtorno parafilico, onde a pessoa apresenta fantasia e excitação sexual intensa com criança pré-púberes, efetivando na prática tais urgências, com sentimento de angústia e sofrimento. O abusador tem no mínimo 16 anos de idade e é pelo menos 5 anos mais velho que a vítima.

O abuso ocorre em todas as classes sociais, raças e níveis educacionais. A grande maioria de abusadores é de homens, mas suspeita-se que os casos de mães abusadoras sejam sub-diagnosticados. Existem 4 faixas etárias de abusadores:

Afirma *GUIA*,(1994:65):

- Jovens até 18 anos de idade, que aprendem sexo com suas vítimas.
- Adultos de 35 a 45 anos de idade que molestam seus filhos ou os de seus amigos ou vizinhos.
- Pessoas com mais de 55 anos de idade que sofreram algum estresse ou alguma perda por morte ou separação, ou mesmo com alguma doença que afete o Sistema Nervoso Central.
- E aqueles que não importam a idade, ou seja, aqueles que sempre foram abusadores por toda uma vida.

O sexo praticado com crianças geralmente é urogenital, sendo menos freqüente o contato gênito-genital ou gênito-anal.

As causas do abuso são variáveis. O molestador geralmente justifica seus atos, racionalizando que está ofertando oportunidades á criança de desenvolver-se no sexo, ser especial e saudável, inclusive praticando sexo com a

permissão desta. Pode envolver-se afetivamente e não ter qualquer noção de limites entre papéis ou de diferenças de idade.

Quando ocorre dentro do seio familiar (o abusador é o pai ou padrasto, por exemplo), o processo é bastante complicado. Normalmente interna-se a criança para sua proteção, e toda uma equipe trabalha com o clareamento da situação. Por vezes, a criança é também espancada e deve s ser tratada fisicamente. A família se divide entre os que acusam o abusador e os que acusam a vítima, culpando esta última pela participação e provocação do abuso. O tratamento, então, é inicialmente direcionado para a intervenção em crise.

Depois, tanto a criança, quanto o abusador e a família devem ser tratados e a longo prazo.

Devido o fato de abuso de menores ser um crime, o tratamento do abusador torna-se mais difícil.

As conseqüências emocionais, para a criança são bastante graves, tornando-as inseguras, culpadas, deprimidas, com problemas sexuais e problemas nos relacionamentos íntimos na vida adulta.

2. 3. 4 – ESTUPRO

O Estupro é definido como o ato físico de atacar outra pessoa e forçá-la a praticar sexo sem seu consentimento. Pode ser um ataque homossexual ou heterossexual, estando à pessoa consciente ou não (sob efeito de drogas ou em coma).

Geralmente o estuprador é homem e tem sentimentos odiosos em relações ás mulheres, sentimentos de inadequação e insegurança em relação a sua performance sexual. Pode apresentar desvios sexuais como o sadismo ou anormalidade genéticas com tendências á agressividade.

Vítima normalmente é estigmatizada, havendo uma tendência social de acusá-la direta ou indiretamente por ter provocado o estupro. Sente-se impotente até mesmo em delatar o estuprador, que muitas vezes é alguém já conhecido, sentindo-se muito culpada e temerosa de represálias. Muitas vezes, pode sentir que

o estupro não foi um estupro, que foi uma atitude permitida por ela e de sua responsabilidade. Tal atitude dificulta o delato do crime. Os sentimentos de baixa-estima, culpa, vergonha, temor (fobias), tristeza e desmotivação são comuns. A ideação suicida também pode piorar o quadro. São comuns sintomas similares ao Estresse Pós - traumático (Transtorno de Ansiedade comum em soldados pós-guerra).

O tratamento da vítima consiste em conscientizá-la de que o estupro foi um ataque sexual, um crime, envolvendo pessoa conhecida ou mesmo uma pessoa desconhecida com a qual a vítima possa ter marcado um encontro às escuro.

2. 3. 5 – TURISMO SEXUAL:

É a Exploração Sexual de crianças e adolescentes por visitantes em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país; envolvendo cumplicidade por ação direta ou omissão de agencias de viagens, guias turísticas, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes, barracas de praias, taxistas, prostíbulos, casas de massagem, além da tradicional cafetinagem (Revista Brasileira,1994:12)

De acordo com o Código Penal Brasileiro, o tráfico é a promoção da saída ou entrada de meninos, meninas e adolescentes do território nacional para fins de prostituição. Revista Brasileira,1994:12)

Consiste na Exposição Sexual de imagens de crianças e adolescentes, incluindo fotografias de sexo explícito, negativos, projeções, revistas, filmes, vídeos e disco de computadores . Revista Brasileira,1994:15)

É uma prática voltada para a comercialização do corpo de crianças e adolescentes, acontecendo principalmente em regiões banhadas por rios navegáveis da Região Norte, Fronteiras nacionais e Internacionais da Região Centro-Oeste e zonas Portuárias (ARATANGY,1992:19).

Art. 244 – A – Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. Segundo. Desta lei, á prostituição ou á exploração sexual:

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º. Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o agente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente as práticas referidas no caput deste artigo.

§ 2º. Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação d licença da localização de funcionamento do estabelecimento.

CAPÍTULO III

3- COMPREENDENDO A SEXUALIDADE : QUAL O PAPEL DA ESCOLA?

A proposta de se discutir o papel da escola nas questões que envolvam temas sexuais coloca-nos frente a frente com a necessidade de se conhecer mais sobre o assunto. Durante muito tempo, a sexualidade foi considerada de pouca importância para o desenvolvimento das pessoas e voltada para uma única finalidade: a reprodução. O assunto foi trazido aos debates, graças às mudanças socioculturais e aos estudos científicos que contribuíram para que essa importante dimensão humana ganhasse destaque.

A proposta de que a sexualidade tem "um sentido mais amplo, uma vez que se referem a todos os fenômenos da vida sexual". Constitui uma das dimensões do indivíduo: não se refere apenas ao seu potencial para reagir a estímulos eróticos. Desta forma, a sexualidade passou a ser entendida como um conjunto de fatos relacionados à vida sexual, que abrangem fenômenos biopsicossociais dos indivíduos.

É importante pensar no contexto em que a sexualidade é vivenciada hoje. As mudanças tecnológicas ocorridas no séc. XIX e a revolução sexual, no séc. XX, provocaram mudanças nos processos de socialização e de educação dos indivíduos, substituindo antigos enfoques na expressão da sexualidade e nas suas formas de vivência.

As referidas mudanças proporcionaram a configuração do que seria a Educação Sexual. Na maioria das escolas, quem normalmente apresentava o

conteúdo era o professor de biologia, que abordava o tema reprodução, com enfoque puramente biológico. Não raramente, as instituições de ensino mais liberais, que se dispunham a tratar da sexualidade, deparavam-se com a resistência dos pais e da sociedade, e o assunto era tratado como tabu.

Entretanto, a escola se reconheceu como espaço socialmente legitimado e responsável e resolveu encarar o desafio. Passou a promover a educação sexual apesar das dificuldades: falta de material didático específico, resistência familiar e despreparo técnico-científico dos professores.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, Pluralidade Cultural e orientação Sexual (1997:119)

“É uma questão bastante atual e presente no cotidiano de todos os profissionais da educação a postura a ser adotada, dentro das escolas, em face das manifestações da sexualidade dos alunos. Daí, a presente proposta de trabalho, que legitima o papel e delimita a atuação do educador neste campo”.

A escola vem assumindo, cada vez mais, a educação das novas gerações. Há diversas razões para isso: a universalidade do ensino; a democratização do acesso à escola; a necessidade de socialização das crianças e a promoção do seu processo formativo enquanto cidadãos; a demanda por uma educação continuada, que prepare crianças e jovens para as mudanças culturais e para a sociedade informatizada.

Educar tem um sentido amplo, implicando comprometimento não somente com a instrução, ou seja, com o mero repasse de informações, mas, sobretudo, com a formação integral do indivíduo. E a escola é uma das instituições culturais que vem se orientando para cumprir esta função.

No passado, a sexualidade era ignorada tanto pelos pais quanto pelos professores. Crianças e adolescentes eram tratados como seres assexuados; falar sobre sexo nas salas de aula era considerado um estímulo à atividade sexual. O aluno, de sua parte, também não reivindicava este espaço. Não poderia ser diferente. Afinal, não se sabia fazer de outra forma, pois toda a sociedade encarava a sexualidade de forma pouco transparente. Em suma, o sexo era assunto a ser tratado entre quatro paredes. Em não se discutindo o assunto, imaginava-se que o conhecimento viria naturalmente, trazendo respostas às indagações.

Para RIBEIRO,(1982:97)

“Essa alienação quanto à maturidade dos filhos, a ausência da educação sexual e a propagação de informações errôneas acarretaram conseqüências nas gerações seguintes. Na atualidade, o número crescente de casos de gravidez não planejada entre adolescentes, os casos de abuso sexual, o aumento das doenças sexualmente transmissíveis - inclusive a AIDS - e o aumento do número de abortos demonstram a necessidade de discutir abertamente o assunto. Nesse contexto é que se ressalta a importância da implantação da orientação sexual nas escolas, contemplando-se, desta forma, o desenvolvimento global do ser humano”.

Não há dúvida de que os primeiros educadores sexuais seriam os próprios pais, porque a eles compete a maior parcela de responsabilidade na formação dos filhos. Entretanto, como os pais, via de regra, têm dificuldades em falar sobre sexo com os filhos (dificuldades estas, na maioria dos casos, de cunho cultural), foi deixado a cargo da escola a realização desta tarefa. O grande desafio é capacitar-se para desenvolver o trabalho, uma vez que a educação sexual não pode ser dissociada da educação como um todo. Portanto, faz-se necessária a preparação dos professores, tornando-os bem informados, prontos e conscientes da importância de sua atuação na área da sexualidade. O reconhecimento, por parte de pais e professores, de que a educação sexual é indispensável na formação integral do indivíduo fez com que fossem implantadas diretrizes da pedagogia sexual nas escolas.

Afirma RIBEIRO, (1993:123)

“Orientador sexual, portanto, é aquele educador que para transmitir a seus alunos conhecimentos na área da sexualidade leva em conta o modo de vida deles, seus valores e suas idéias. Além de se dispor a trazer informações científicas, pode criar oportunidades para um permanente diálogo e para a discussão das questões que chegam à sala de aula, colaborando efetivamente para a formação de seus alunos como cidadãos, para que estes tenham uma vida melhor e mais saudável”.

A orientação sexual, nos dias atuais, não pode ser ignorada pelas escolas. Embora ainda haja dificuldades para a implantação, sua relevância e necessidade já foram reconhecidas. Entretanto, falar sobre sexo na escola continua uma tarefa complicada. A proposta de incluir temas sobre sexualidade no plano pedagógico da escola facilita o desenvolvimento das ações, na sala de aula, pelo professor.

Conforme GUIA (1994:89)

“A educação é um ato de amor, portanto um ato de valor, não pode temer o debate, a análise da realidade não pode fugir da discussão

criadora sob pena de ser uma farsa. Creio que o principal objeto da educação deveria ser incitar os jovens a raciocinar sobre tudo o que lhes é apresentado. O importante é a independência do espírito".

Não se deve esquecer que a família e a escola devem estar unidas na tarefa; ambas têm responsabilidade quando se trata de orientação sexual e, portanto, devem estar articuladas na sua realização. A orientação sexual deverá fazer parte do projeto pedagógico da escola e ser desenvolvida pelos próprios professores, em suas turmas. PCNs (1997:89) propõem que os temas sejam apresentados por meio da transversalidade dos conteúdos (isto é, presentes em todas as áreas do conhecimento). Uma vez discutidos, os assuntos devem voltar, com conteúdo mais aprofundado, todas as vezes que houver interesse, por parte dos alunos.

A sociedade vive desde o século XVIII, com a ascensão da burguesia, uma fase de repressão sexual. Nessa fase, o sexo se reduz a sua função reprodutora e o casal procriador passa a ser o modelo. O que sobra vira anormal é expulso, negado e reduzido ao silêncio. Mas a sociedade burguesa hipócrita vê-se forçada a algumas concessões. Ela restringe as sexualidades ilegítimas a lugares onde possam dar lucros, como nas casas de prostituição e hospitais psiquiátricos. A justificativa para isso seria que, em uma época em que a força de trabalho é muito explorada, as energias não podem ser dissipadas nos prazeres.

Segundo FOUCAULT, (1995:98), está quase tudo errado. A hipótese descrita acima é chamada por ele de hipótese repressiva e vem sendo aceita quase como uma verdade absoluta. Mas Foucault desconstrói esse pensamento e formula uma nova e desconcertante hipótese, mostrando a seus leitores que ainda que certas explicações funcionem, elas não podem ser encaradas como as únicas verdadeiras, pois, segundo ele, "*a verdade nada mais é do que uma mentira que não pode contestada em um determinado momento*".

A explosão discursiva sobre sexo de que trata Foucault veio acompanhada de uma depuração do vocabulário sobre sexo autorizado, assim como de uma definição de onde e de quando podia se falar dele. Regiões de silêncio ou, pelo menos, de discrição foram estabelecidas entre pais e filhos, educadores e alunos, patrões e serviçais etc.

Para FOUCAULT, (1995:169),

“A Igreja Católica, com a Contra-Reforma, deu início ao processo de incitação dos discursos sobre sexo ao estimular o aumento das confissões ao padre e também a si mesmo. As "insinuações da carne" têm de ser ditas em detalhes, incluindo os pensamentos sobre sexo. O bom cristão deve procurar fazer de todo o seu desejo um discurso. Ainda que tenha havido uma interdição de certas palavras, esta é apenas um dispositivo secundário em relação a essa grande sujeição, é apenas uma maneira de tornar o discurso sobre sexo moralmente aceitável e tecnicamente útil”.

Ainda no século XVIII e principalmente no século XIX, houve uma dispersão dos focos de discurso sobre o sexo, que antes eram restritos à Igreja. Houve uma explosão de discursos sobre sexo, que tomaram forma nas diversas disciplinas, além de se diversificarem na forma também. A medicina, a psiquiatria, a justiça penal, a demografia, a crítica política também passam a se preocupar com o sexo. Analisa-se, contabiliza-se, classifica-se, especifica-se a prática sexual, através de pesquisas quantitativas ou causais.

Esses discurso são, realmente, moralistas, mas isso não é o essencial. O essencial é que eles revelam a necessidade reconhecida de superar esse moralismo. Supõe-se que se deve falar de sexo, mas não apenas como uma coisa que se deve simplesmente coordenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, mas administra-se. Portanto, regula-se o sexo não pela proibição, mas por meio de discursos úteis e públicos, visando fortalecer e aumentar a potência do Estado (que não significa aqui estritamente República, mas também cada um dos membros que o compõe).

Um dos exemplos práticos dos motivos para se regular o sexo foi o surgimento da população como problema econômico e político, sendo necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis e assim por diante. Pela primeira vez, a fortuna e o futuro da sociedade eram ligados à maneira como cada pessoa usava o seu sexo. O aumento dos discursos sobre sexo pode, então, ter visado produzir uma sexualidade economicamente útil.

Da mesma forma em que o sexo passou a ser um problema para a demografia, também passou a despertar as atenções de pedagogos e psiquiatras. Na pedagogia, há a elaboração de um discurso acerca do sexo das crianças, enquanto, na psiquiatria, estabelece-se o conjunto das perversões sexuais. Ao se assinalar os perigos, despertam-se as atenções em torno do sexo. Irradiam-se

discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante - o que incita cada vez mais o falar sobre sexo.

O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico, o controle familiar, que aparentemente visam apenas vigiar e reprimir essas sexualidades periféricas, funcionam, na verdade, como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. "Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espionagem, investiga, apalpa, revela; prazer de escapar a esse poder. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue - poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar, de resistir." Prazer e poder se reforçam.

FOUCAULT (1995:127)

"Pode-se afirmar, então, que um novo prazer surgiu: o de contar e o de ouvir. É a obrigação da confissão, que se difundiu tão amplamente, que já está tão profundamente incorporada a nós, que não a percebemos mais como efeito de um poder que nos coage. A confissão se diversificou e tomou novas formas: interrogatórios, consultas, narrativas autobiográficas. O dever de dizer tudo e o poder de interrogar sobre tudo se justificam no princípio de que a conduta sexual é capaz de provocar as consequências mais variadas, ao longo de toda a existência. O sexo aparece como uma superfície de repercussão para outras doenças. Mas pressupõe-se que a verdade cura quando dita a tempo e quando dita a quem é devido".

Foucault constrói, portanto, uma nova hipótese acerca da sexualidade humana, segundo a qual esta não deve ser concebida como um dado da natureza que o poder tenta reprimir. Deve, sim, ser encarada como produto do encadeamento da estimulação dos corpos, da intensificação dos prazeres, da incitação ao discurso, da formação dos conhecimentos, do reforço dos controles e das resistências. As sexualidades são, as

Falar de sexualidade significa falar de concepções cristalizadas no homem moderno sobre questões que, numa perspectiva foucaultiana, foram produzidas como verdades nos três últimos séculos na sociedade ocidental. Falar de sexualidade significa também falar de repressão, poder, preconceito, interdição do corpo, desejo, paixão, prazer, vida, morte, controle, gênero, pecado, opção sexual, construção de papéis sexuais, doenças sexualmente transmissíveis e atualmente Aids; enfim, de todas as representações sociais que giram em torno dela na sociedade. Estas questões não estão fora do espaço escolar.

Estudos mais específicos referentes à educação sexual, em sua maioria, apontam para uma análise voltada para o cotidiano escolar, discutindo as

representações sociais dos atores envolvidos no processo educativo dentro da instituição escolar.

GAMIO (1998:76) nos informam e orientam para como desenvolver um trabalho de educação sexual "adequada" nas escolas. RIBEIRO,(1999: 45), mostram que:

“A questão da sexualidade entra na escola diretamente, via livro didático, num discurso indireto, de forma preconceituosa, moralizadora, conformadora e estereotipada, não só quando se trata de sexo, mas também do corpo, do comportamento, do amor, da paixão e, principalmente, dos papéis sexuais, constituindo-se em uma contribuição peremptória para a manutenção das diferenças sociais e sexuais entre homens e mulheres. E que a sexualidade do homem ainda é apresentada, na educação [sexual] escolar, como uma manifestação anato-biológica que precisa ser controlada e disciplinada, porém (re)velada sob um ponto de vista higienista, moral, religioso, psicológico. O homem é apresentado como constituído por partes (sexuais). E o sexo a ser (re)velado como o segredo”.

Por outro lado, o Estado, enquanto poder público, ao contrário do que se possa pensar, vem apresentando projetos de educação/orientação sexual e legislando sobre a questão, o que se pode constatar através das fontes primárias de pesquisa e de alguns trabalhos publicados. Assim, de uma forma ou de outra, vem se falando sobre sexualidade na área de educação e nas escolas propriamente ditas. As questões que se colocam são: quem está falando, como se está falando e por que se está falando.

Estas incursões preliminares de pesquisa contribuirão, sobremaneira, para a definição precisa do escopo deste trabalho, ou seja, a questão da sexualidade na educação. Ou a busca das raízes que sustentam a atual concepção sobre a sexualidade do homem moderno e sua repercussão na educação sexual oficial. Para alcançar esse objetivo, no plano teórico, busquei elementos na discussão feita por Foucault sobre a sexualidade do homem moderno.

O autor, em sua obra, investiga como se constituiu e se consolidou, nos últimos três séculos, a noção sobre sexualidade existente nas sociedades ocidentais. Entendendo sexualidade como um dispositivo histórico, como um mecanismo de poder, que é justamente o poder quem nos estimula a (re)velar nossa sexualidade através de instituições como a escola, a família, a Igreja, entre outras, e de saberes como o da medicina, da psicologia, da biologia, da psiquiatria, da

pedagogia. O falar e o "deixar falar", em suas variadas formas, explícita, ou mesmo implicitamente, nada mais são do que uma forma de controle sobre aquele.

Para GAMIO, (1998:109)

“É certo que a questão da sexualidade, antes de ser uma questão na e para a educação, é uma questão da própria sociedade ocidental. A educação opera dentro da sociedade, por isso não está ilesa às influências que surgem dessa interação. Destarte, para entender as concepções que norteiam os trabalhos da Educação Sexual em nossas escolas públicas se faz mister primeiro buscar as raízes que construíram a atual noção sobre a sexualidade do cidadão na nossa sociedade”.

Essa proposta, chamada de Parâmetros Curriculares Nacionais, tem como paradigma a participação construtiva do aluno e proporciona, ao ensino fundamental, orientações; que discutem a função social, o aprender, o ensinar e as avaliações pedagógicas. Apresenta como temas a consciência ética, o meio ambiente, a pluralidade cultural, o trabalho, o consumo e a orientação sexual. A forma de introduzir esses temas nas escolas deve ser norteada pela comunidade escolar, de maneira transversal dentro do currículo.

A orientação sexual, como é chamada dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais, tem como objetivo contribuir para a prevenção de problemas como abuso sexual, gravidez indesejada, entre outros, dentro de um contexto histórico atualizado com cientificidade, de forma clara, sistêmica e flexível. Isto proporciona aos jovens bem-estar no presente e no futuro e favorece o exercício de uma sexualidade responsável e prazerosa.

As mudanças históricas que estão acontecendo exigem uma compreensão do mundo em que o homem é visto de forma integral, e, nesta atual visão holística, tem-se uma nova dimensão para o processo do ensino e aprendizagem, que promulga objetivos amplos. Neste milênio, visualizamos o aluno como individualidade, com capacidades e qualidades distintas. Deste modo, o processo educativo deve ser dirigido não só de forma cognitiva mas afetiva, com sentimento, criatividade, flexibilidade, cujo objetivo é dar ao homem opções e oportunidades de ser agente de mudanças e transformações e exercer, então, sua cidadania.

CONCLUSÃO

A infância é a imagem que se usa para chamar a atenção e elevar o espírito o sentimento de zelar pela inocência. A sociedade freqüentemente conclama para a proteção de nossa crianças e o fortalecimento de saúde familiar. Ao mesmo tempo, milhares de crianças experimentam violência de maneira regular e suas vidas são irremediavelmente alteradas.

Para essas crianças, os locais de violência não são a guerras da periferia das cidades ou crime que domina as ruas, mas dentro das suas próprias casas.

A Legislação Brasileira tem contribuindo consideravelmente na intenção de oferecer ás crianças brasileiras os eu direito de pelo menos uma vida digna, falta então a participação dos governantes e da sociedade em cobrar que os direitos dos menores não sejam tolhidos por interesse próprios.

Trabalhar com a subjetividade na prevenção e na orientação significa também buscar junto aos adolescentes, um cuidado com suas vidas, desde a infância, significa advertir que soluções mágicas dos impasses da vida fracassem, ou seja, trabalhar para uma atitude de valorização da vida humana, significa incentivar trabalhos que promovam o laço entre as pessoas, que possibilite sua inclusão nos espaços de cultura; significa auxiliá-los na busca de exercício de seus direitos enquanto cidadãos e de seus deveres no convívio com o semelhante, com o outro.

Dentro desta concepção de orientação é preciso trabalhar com pequenos grupos de debates de maneira sistematizada, pois mais do que trabalhar sobre a questão da droga, sexualidade, exploração de formas mais saudáveis, de prazer na sua vida, esteja incluída o laço com o outro. É na relação com o outro que crescemos e possibilitamos o outro a crescer; e o adolescente que teve a possibilidade de trabalhar estas questões em grupo, irá contribuir para a formação de outros adolescentes, sendo desta forma um agente de prevenção, no seu dia a dia, em qualquer lugar.

Sabemos que a escola possui mecanismos importantes para não acabar, mas amenizar uma grande parte dessa violência. A intenção deste trabalho é justamente essa: conscientizar os alunos e a família para um problema tão comum e ao mesmo passo tão avassalador e destruidor de nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Eunice M.S.L. de. **A criança na família e na sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982

ARATANGY, L. R. **o sexo é um sucesso**. São Paulo: Ática, 1992.

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. São Paulo: Zahar, 1978

BARROSO, C. e BRUSCHINI, C. **sexo e juventude. Como discutir a sexualidade em casa e na escola**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

BRASIL. **LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei 9394/96.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria do Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 2001.

_____ Ministério da Educação. Secretaria do Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1996

CAVALCANTI, R. C. (org.). **Saúde sexual e reprodutiva**. Ensinando a ensinar. Brasília: Cesex, s/d.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

COSTA, J. F. **a inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1999.

FOUCAULT, M. **Micro física do poder**. Rio de Janeiro: Graal. . (1995).

GAMIO, Xiomara Ruiz. **La Sexualidade Humana**. Centro de Investigación en ciencias sociales y humanidad. Universidad Autónoma del Estado de México. 1998.

GTPOS, Abi Ecos. **Guia de orientação sexual**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

GUIA de Orientação Sexual: diretrizes e metodologia. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1994.

GUIMRÂES, I. **Educação sexual na escola**. Mito e realidade. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LIMA, Helena Maria Medeiros. **Educação sexual para adolescentes: desvendando o corpo e os mitos**. São Paulo: Iglu, 2000.

_____. **Educação sexual para adolescentes**. 3. ed. São Paulo, Iglu, 1994.

MAYLER, P. et. al. **O que está acontecendo comigo?**. São Paulo: Nobel, 1984.

MIELNIK, I. **Educação sexual na escola e no lar**. São Paulo, Ibrasa, 1993.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Violência Intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

PAIVA, V. (org.). **Em tempos de AIDS**. São Paulo: Summus, 1992.

PARAMETROS Curriculares Nacionais. **Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

REVISTA BRASILEIRA De **Sexualidade Humana**. SBRASH, v.5, n L, São Paulo: Iglu. São Paulo. 1994

RIBEIRO, M. **Sexo sem mistério**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

_____. **Educação Sexual: novas idéias, novas conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

_____. (Org.). **O Prazer e o pensar**. Rio de Janeiro: Gente. 1999.